

## **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável: um debate sobre as restrições da natureza e a vida em sociedade**

**Mayara Davoli Alvarenga**

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico  
UNICAMP, Brasil  
[mayaradavoli@yahoo.com.br](mailto:mayaradavoli@yahoo.com.br)

**Lucas Ferreira Lima**

Doutor em Desenvolvimento Econômico  
UNICAMP, Brasil  
[lucaslima.eco@gmail.com](mailto:lucaslima.eco@gmail.com)

**RESUMO:** Desde a Revolução industrial o processo de modificação do meio ambiente pelas atividades humanas tem sido intensificado, reforçando o paradigma da ciência econômica sobre em que medida é possível flexibilizar as decisões do homem racional, autorreferido e calculista, defendido pela teoria econômica, e voltar-se à validação do bem-estar de todos, dos limites de crescimento, além da manutenção da vida e dos ecossistemas em equilíbrio no planeta. Deste modo, o presente trabalho buscou, através de uma revisão sistemática da literatura e de uma meta síntese qualitativa, elencar os principais pontos de debate entre as teorias clássica, neoclássica, cepalina e da escola de Campinas acerca do desenvolvimento econômico, ponderando-o com a questão ambiental e com a desmistificação da sustentabilidade. Por fim, tentou-se responder ao seguinte questionamento: o desenvolvimento econômico sustentável é uma possibilidade real para todos?

**Palavras-chave:** Teoria do desenvolvimento; sustentabilidade; meio ambiente.

**Abstract:** Since the Industrial Revolution, the process of modifying the environment by human activities has been intensified, reinforcing the paradigm of economic science on the extent to which it is possible to make the decisions of rational, self-reported and calculating men more flexible, defended by economic theory, and turn to the validation of the well-being of all, the limits of growth, in addition to maintaining life and ecosystems in balance on the planet. In this way, the present work sought, through a systematic review of the literature and a qualitative meta synthesis, to list the main points of debate between the classical, neoclassical, Cepal and Campinas school theories about economic development, pondering it with the environmental issue and the demystification of sustainability. Finally, an attempt was made to answer the following question: is sustainable economic development a real possibility for everyone?

**Keywords:** Development theory; sustainability; environment.

## 1 – Introdução

Desde os primeiros escritos sobre economia (*oikos nomos*) pelos teóricos naturalistas, perpassando pela teorização da Economia Política Clássica e Neoclássica e, culminando nas atuais teorias sobre Crescimento e Desenvolvimento Econômico, a questão ambiental vem sendo negligenciada no debate. A Conferência das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 2012, firmou um marco na medida em que, através da Agenda 2030, e dos incentivos à busca dos dezessete objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), pela primeira vez institucionalizou-se a necessidade de coordenar esforços mundiais para a superação da fome e da pobreza, mas também da manutenção sustentável das condições de vida no planeta, através de iniciativas que transpusessem as questões econômicas, políticas e sociais, incluindo variáveis ambientais como indispensáveis nas pautas sobre desenvolvimento econômico. Desde então, progressivamente, os países têm buscado um uso mais eficiente de seus recursos naturais, a substituição de suas matrizes energéticas altamente poluentes por opções mais limpas e renováveis, além da redução e reaproveitamento de resíduos oriundos das atividades produtivas.

As primeiras propostas de inclusão da temática ambiental nas discussões sobre desenvolvimento econômico surgiram dos teóricos Ecodesenvolvimentistas, a partir das décadas de 1960 e 1970, principalmente a partir da publicação “Os limites do crescimento” (MEADOWS, 1972). Posteriormente, durante a década de 1980, o debate entre crescimento econômico e impactos ambientais se acirrou devido a alguns desastres ambientais<sup>1</sup> e culminaram na publicação do Relatório Brundtland, que apresentou pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Nesse relatório, desenvolvimento sustentável é “aquele desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazerem suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias (BRUNDTLAND, 1987, p. 24).

Entretanto, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tem gerado grande controvérsia principalmente pela sua vasta e ambígua interpretação em diversas áreas do conhecimento. Então, para cumprir a função de inclusão do meio ambiente no debate sobre Desenvolvimento Econômico, é necessário responder à seguinte questão: há compatibilidade entre as teorias de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável?

A hipótese que permeia esse trabalho é a de que é possível haver compatibilidade entre Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável. Isto é, é possível elencar políticas que

---

<sup>1</sup> Em Dezembro de 1984, aproximadamente 40 toneladas de gases tóxicos vazaram da fábrica de agrotóxicos da Union Carbide Corporation em Bhopal, na Índia, ocasionando milhares de mortes. Mais informações podem ser consultadas em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141203\\_gas\\_india\\_20anos\\_rp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141203_gas_india_20anos_rp)>. Acessado em 17 Fev. 2023. Outro desastre ocorreu em Abril de 1986 na Ucrânia. Um dos reatores da Usina Nuclear de Chernobyl explodiu e lançou na atmosfera 100 vezes mais radiação do que as bombas que caíram sobre Hiroshima e Nagasaki, durante a II Guerra Mundial. Para maiores informações, consultar: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150808\\_hiroshima\\_nagasaki\\_chernobil\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150808_hiroshima_nagasaki_chernobil_rm)>. Acessado em 17 Fev. 2023.

levem em consideração as restrições que a natureza impõe aos padrões de produção e consumo humanos, desde que, haja um arcabouço institucional bem estruturado que sustente políticas de desenvolvimento que minimizem os impactos socioambientais atuais.

Além dessa introdução, o trabalho apresenta o debate clássico, neoclássico, cepalino e as proposições da “Escola de Campinas” sobre desenvolvimento econômico no segundo capítulo. Posteriormente, no capítulo três, foi apresentado a evolução da discussão da temática ambiental, passando pelas propostas dos Ecodesenvolvimentistas, dos teóricos do Desenvolvimento Sustentável e dos Economistas Ecológicos. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais sobre o tema.

## **2 – Teoria clássica do desenvolvimento**

Desde longa data, as civilizações humanas almejam melhores condições de vida. Alguns paradigmas baseados em aspectos naturalistas e teocráticos que são inseridos nas sociedades pré-capitalistas são, posteriormente, rompidos com o fim do feudalismo e a transição para o mercantilismo. Durante os séculos XV e XVIII, os Estados Absolutistas se aliam às burguesias para defender o mercado interno da concorrência externa, controlar novos territórios, colônias e rotas de comércio. A este período dá-se o nome de Mercantilismo.

No mercantilismo, a riqueza das nações depende do afluxo externo de metais preciosos. Essa ideia levou à expansão do comércio internacional, provocando maior crescimento econômico das nações envolvidas. Procurava-se a maximização do saldo da Balança Comercial pela expansão das exportações e compressão das importações. Os principais expoentes franceses do mercantilismo foram Montchrétien, Cantillon e Colbert.

A partir das Revoluções Burguesas de 1640-1688, na Inglaterra, surgem algumas contestações ao sistema monárquico, tais como: crítica ao fetiche metalista do mercantilismo e sua futilidade, crítica à arbitrariedade emissionista dos reinos, elogio da livre conversibilidade e da abertura comercial. Os principais expoentes da crítica liberal aos regimes monárquicos mercantilistas são Adam Smith e David Ricardo.

Autor de “A Riqueza das Nações”, Adam Smith (1776) rompe os principais paradigmas do sistema mercantil e introduz os princípios do Liberalismo Econômico. Segundo ele, o fator primordial da riqueza das nações é o trabalho produtivo, isto é, o trabalho que produz excedente de valor. Trabalho é a fonte da riqueza, divisão do trabalho é sua fonte de ampliação, reinvestimento de lucros ou acumulação de capital amplia a produtividade do trabalho com novas máquinas, que ampliam a extensão dos mercados em círculo virtuoso (rendimentos crescentes).

Com pensamento discordante, Karl Marx (1848) constrói seus principais argumentos críticos à Economia Política Clássica rompendo os ideais naturalistas dessa escola e fazendo uma análise crítica do ponto de vista historicista. Nessa obra, Marx apresenta os momentos lógicos da transição

para o capitalismo: i) acumulação de capital-dinheiro; ii) mercantilização das relações sociais; iii) proletarização dos produtores diretos. Em adição, para Marx, a indústria é a forma de produção tipicamente capitalista, que retira capacitações e o controle do processo de trabalho dos artesãos e transfere para a máquina de propriedade do capitalista, isto é, o trabalho “morto” (a máquina criada pelo trabalho humano) serve à finalidade de enriquecimento do capitalista e “suga” trabalho vivo, onde “meio se transforma em fim” e a atividade de trabalho pauperiza (aliena) o trabalhador, que desenvolve parcial e não livremente suas potencialidades.

Por fim, Marx (1983) menciona que a expansão capitalista amplia os meios de produção, mas deteriora o poder de compra dos trabalhadores, gerando crises de subconsumo. Para esse autor, no longo prazo esse sistema tende a se autodestruir, surgindo uma nova forma de organização social. A partir do avanço dessa e de outras críticas, surgem novos ideais sobre Desenvolvimento Econômico, batizados como economia neoclássica.

## **2.1 – Teoria Neoclássica (*mainstream*) do Desenvolvimento**

Baseado em alguns princípios teóricos do século XX, a Teoria do Desenvolvimento Econômico neoclássica afirma que esse processo pode ser universalizado, no sentido em que os padrões de consumo dos ricos que vivem nos países altamente industrializados são acessíveis às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Baseado nisso, os economistas passaram a dedicar seus estudos à construção de modelos com o objetivo de atender a essa hipótese.

O intenso debate acabou por construir a teoria do desenvolvimento como um campo específico da ciência econômica a partir da década de 1950. A maioria dos trabalhos foi escrita entre 1952 e 1956, com exceção do primeiro trabalho sobre economias com excedente estrutural de mão de obra, de Rosenstein-Rodan (1943).

Nurkse (1951) e Furtado (1952) iniciaram um debate acerca das dificuldades dos países latino-americanos se desenvolverem. O primeiro, menciona que os países não desenvolvidos deveriam romper algumas amarras para alcançar o desenvolvimento, tais como: o tamanho limitado do mercado interno; baixa capacidade de poupança; problema no balanço de pagamentos; e, como consequências desses todos, o círculo vicioso da pobreza.

Segundo Furtado (1952), um mercado interno pequeno não é o problema central, e sim, uma característica específica de países subdesenvolvidos. Segundo ele, o problema central era a inexistência de um mercado externo em expansão que permitiria um estímulo ao desenvolvimento dos países periféricos. Esse autor adiciona que esperar que uma economia subdesenvolvida inicie seu processo de desenvolvimento utilizando seus próprios recursos é como “levantar-se pelos seus próprios cabelos”.

O debate se intensifica com as contribuições de Rostow (1960) em torno da ideia de etapas/estágios do desenvolvimento, apresentando que as nações poderiam estar em estágios distintos de desenvolvimento, isto é, algumas já atingiram estágios avançados de desenvolvimento, enquanto outras estavam iniciando essa trajetória.

Rosenstein-Rodan (1957) apresenta a Teoria do *Big Push*, onde para ele a solução é a criação planejada de um sistema industrial que reduziria o risco de falta de demanda e, geraria um caso especial de “economia externas”, pois se fossem criados novos investimentos suficientemente grandes, as economias externas se converteriam em lucros internos e essas empresas dinâmicas puxariam outros setores rumo ao progresso. Isso se daria por meio de um “truste industrial”, isto é, uma aliança entre o Estado e o capital privado.

Outro autor neoclássico do chamado *mainstream economics*, Lewis (1954) analisa as condições para o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e países desenvolvidos. Nos primeiros, ele menciona que a produtividade do trabalho é maior do que a remuneração do trabalhador e, nos países desenvolvidos, a produtividade do trabalho é exatamente igual à remuneração do trabalhador.

Hirschman (1958) menciona que é necessário criar desequilíbrios que amplifiquem as economias externas e, assim, os países superarão o subdesenvolvimento (teoria do desenvolvimento desequilibrado); e, Gerschenkron (2015) inicia uma discussão sobre as vantagens do atraso econômico.

Apesar das diferenças entre as propostas, esses autores defendem que o processo de desenvolvimento econômico pode ser universalizado. Entretanto, a CEPAL apresentará argumentos contrários a esse.

## **2.2 – Teoria Cepalina do Desenvolvimento**

O intenso debate sobre desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial acabou por apresentar uma estrutura analítica diferente das apresentadas pelos autores Clássicos, já tratados em resenhas anteriores (Adam Smith, Ricardo, Marx, etc.). Esse novo olhar sobre a teoria do desenvolvimento teve início a partir do final da década de 1940 até o início da década de 1970.

Essa nova perspectiva parte de uma interpretação de desenvolvimento como industrialização, ou seja, mudanças estruturais geram capacidades produtivas novas, que elevam o nível de produtividade do trabalho, que por sua vez, leva à uma maior dinâmica econômica dessa nação. Portanto, a partir de estímulos industriais uma nação se desenvolve.

Essa visão industrializante na América Latina surgiu como um contraponto à visão liberal exportadora baseada nas ideias de vantagens comparativas de David Ricardo. Entretanto, existia um “vazio teórico” que carecia de uma instrumentalização teórica para entender o processo de

(sub)desenvolvimento da América Latina. Esse vazio foi ocupado pela CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

As teorias de Lewis contribuem fortemente para as análises Cepalinas sobre o subdesenvolvimento da América Latina. Nesse debate, o argentino Raúl Prebisch (1949), um dos principais pensadores da CEPAL, apresenta os conceitos de centro-periferia e o conceito de tendência à deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos tropicais. No centro estão os países desenvolvidos, industrializados, homogêneos e dinâmicos (inovadores), enquanto na periferia estão presentes os países subdesenvolvidos, dependentes e heterogêneos.

Nos países periféricos, há um *déficit* crônico e estrutural relacionado à deterioração dos termos de intercâmbio. Isso se dá por meio das relações de troca (comércio) internacionais, onde os países da periferia geralmente exportam produtos com baixo valor agregado (*commodities*) e importam tecnologia embutida em todos os produtos manufaturados (PREBISCH, 1949) que são base para um padrão de consumo conspícuo.

Adicionalmente, se apresentam algumas contradições à esse padrão de desenvolvimento para dentro e estão listadas a seguir: 1) incapacidade da atividade exportadora de absorver o excedente de mão de obra; 2) técnicas intensivas em capital seriam inadequadas à realidade da periferia, pois essas técnicas são poupadoras de trabalho; 3) há uma persistência de problemas crônicos no balanço de pagamentos e problemas inflacionários derivados de deficiências estruturais das economias periféricas; 4) escassez de poupança interna em relação aos volumes de investimentos necessários; 5) deve existir um planejamento como forma de orientar o processo de industrialização, com necessidade de ações estatais com vistas à superação dos gargalos estruturais e a difusão de técnicas de planejamento (PREBISCH, 1949).

Na década de 1960, mais precisamente em 1961, Celso Furtado publica o livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” e apresenta uma crítica às ideias de Rostow (1960), onde ele afirma que o subdesenvolvimento é “*um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passados as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento*” (FURTADO, 1961, p.180). Esse processo tem como consequência a formação de economias híbridas onde coexistem um núcleo capitalista modernos em estruturas arcaicas.

Para Furtado (1961), o processo de desenvolvimento capitalista nos países centrais é extremamente diferente do processo de desenvolvimento capitalista nos países subdesenvolvidos e periféricos. Para os primeiros, há uma primeira fase de desestruturação da economia artesanal pré-capitalista, onde o setor nascente de bens de capital passa a crescer, articulando-se com o setor de bens de consumo. Numa segunda fase, a restrição na oferta de mão de obra leva ao maior desenvolvimento do setor de bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos (revolução técnica). Nessas duas fases, houve uma interdependência entre as condições históricas de desenvolvimento e

a evolução do progresso técnico que leva a uma maior dinâmica capitalista de maneira homogênea.

Para as economias subdesenvolvidas, o processo ocorre de maneira totalmente diferente. O impacto da expansão capitalista sobre estruturas arcaicas vai dar origem a estruturas híbridas, parte comportando-se como um sistema capitalista, parte mantendo a estrutura arcaica pré-existente. Isto é, quando uma empresa capitalista penetra em uma estrutura arcaica, ela não se vincula dinamicamente com essa estrutura, o que não gera impactos crescentes sobre salários e não mantém os lucros na região (remessa externas de lucros) (FURTADO, 1961).

Nessa mesma obra, Furtado menciona que uma economia subdesenvolvida apenas alcançará nível superior de desenvolvimento quando diversificar sua estrutura produtiva e for capaz de produzir internamente não somente bens de consumo geral, como também equipamentos que permitam expandir sua capacidade produtiva.

Entretanto, o processo de industrialização único e exclusivamente não eliminou os problemas do subdesenvolvimento na América Latina. Isso vai gerar ampliação do debate entre autores latino-americanos e estrangeiros que abordarão novos temas, tais como: 1) desequilíbrios entre produtividade e investimentos necessários para o crescimento e a geração de empregos; 2) necessidade de restrição de consumo das classes sociais mais ricas; 3) necessidade de realização de reforma da estrutura fundiária, concentrada e excludente; 4) ampliação do desemprego devido a utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra geradas pelos países desenvolvidos; 5) a elevada dependência dos países subdesenvolvidos frente aos desenvolvidos (FURTADO, 1961).

Por fim, algumas limitações da análise estruturalista precisam ser apresentadas aqui. Há uma ênfase muito grande na análise das deficiências estruturais das economias periféricas no sentido de limitarem o progresso econômico, entretanto são desconsideradas as relações sociais que estão na base do processo de industrialização. Ou seja, é pouco analisado como os interesses de diferentes grupos e classes sociais induzem ou freiam o movimento de industrialização nos países periféricos.

Outra carência é uma análise da atuação do Estado no planejamento de ações voltadas ao atingimento dos diferentes interesses dos grupos e classes sociais. Também falta uma análise profunda sobre a questão financeira, isto é, como se dá a inserção dos países periféricos nos movimentos internacionais de capital. Essas carências serão trabalhadas ao longo das décadas de 1970 e 1980 pela Escola de Campinas.

### **2.3 – Abordagem da Escola de Campinas**

A Escola de Campinas surge na década de 1970 como forma de avançar o debate sobre Desenvolvimento Econômico na América Latina. O Brasil foi um grande laboratório para as teses da Escola de Campinas, composta, dentre outros, por: Maria da Conceição Tavares, João Manoel, Luiz Gonzaga Belluzzo, Wilson Cano, entre outros.

A Escola de Campinas é conhecida pela produção de um pensamento crítico da teoria econômica ortodoxa (neoclássica), que contou, inicialmente, com as reflexões sobre o desenvolvimento latino-americano feitas nos anos 1950 e 1960 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e se debruçou sobre as particularidades do capitalismo brasileiro, ao propor um diagnóstico e um receituário diferentes dos que prevalecem nos países centrais.

Baseados em autores clássicos, tais como: John Maynard Keynes, Karl Marx e Joseph Schumpeter, os economistas da UNICAMP formaram o que se convencionou chamar de Escola de Campinas, que, em seus primórdios, ajudou a compreender, por exemplo, as origens da industrialização brasileira ou a formação do mercado de trabalho no país. Posteriormente, seus pesquisadores ampliaram seus leques de pesquisa e se aprofundaram em linhas de pesquisa como inovação tecnológica, economia agrícola e desenvolvimento regional e urbano.

Uma crítica vem de Tavares (1971) com relação à Teoria da Estagnação de Celso Furtado. De acordo com Furtado, a alta concentração de renda leva à estagnação econômica numa economia periférica. Para a Escola de Campinas isso não é verídico, pois pode haver progresso econômico com elevada concentração de renda. Outra crítica da Escola de Campinas é que o processo de industrialização brasileiro foi tardio e restringido, pois além da nossa industrialização datar de meados do século XX, não se criaram as condições autônomas para o desenvolvimento do D1 e D2 (Departamento 1 – produtor de bens de capital e Departamento 2 – produtor de bens de consumo capitalista) e, o D3 (Departamento 3 – produtor de bens de consumo dos trabalhadores) possui demanda subordinada aos outros dois departamentos. Ou seja, como não foram criados o D1 e D2, o progresso econômico fica restringido (TAVARES, 1971).

Vê-se que a questão ambiental foi negligenciada do debate à cerca do Desenvolvimento Econômico por todos os teóricos supracitados. Entretanto, isso vem mudando ao longo do tempo.

### **3 – A questão ambiental e os limites ao crescimento**

A abordagem de desenvolvimento sustentável é relativamente nova, tendo sido discutida inicialmente por volta da década de 1980. Atualmente, existem algumas vertentes que abordam essa temática sob diversos pontos de vista, resultando em reflexões importantes a cerca da continuidade da vida no planeta.

Durante muito tempo o crescimento econômico foi pouco comum e a grande tendência era o seu estancamento. Quando se analisa com cautela a perspectiva histórica da humanidade, é possível notar que a forma de organização social foi um fator determinante, por muito tempo, para se limitar o avanço do crescimento econômico.

De acordo com Romeiro (2015), enquanto as pessoas se organizavam em bandos de caçadores-coletores ou tribos, a democracia não encontrou espaço para culminar na formação de um



Estado de direitos igualitários, o qual necessitava da aceitação de que as leis deveriam agir sobre todos da mesma forma. A consolidação de uma civilização foi resultado de uma série de inovações. Anteriormente era comum a formação de civilizações reacionárias, as quais não aceitavam qualquer mudança por acreditar que toda e qualquer invenção era perturbadora da forma já consolidada de organização, além de ser desestabilizadora da ordem. Por este motivo, apesar de as civilizações antigas serem portadoras de grande capacidade inventiva, não foram capazes de solidificar as mudanças que poderiam levar à Revolução Industrial. Se a invenção não se transforma em inovação, ou seja, se a invenção não é aceita, introduzida e aplicável, não é possível por outros meios desencadear processos que resultem em crescimento econômico.

Assim sendo, é possível atribuir o surgimento destes movimentos de desenvolvimento a uma conjunção de fatores políticos, sociais e culturais. Foram eles que permitiram a liberação das energias intelectuais e inventivas e admitiram o surgimento das inovações (ROMEIRO, 2015).

A Europa foi capaz de manter, por um período relativamente longo, um estado de crescimento econômico sustentado, que culminou na Revolução Industrial. Houve uma evolução da ordem social, a qual se tornou relativamente aberta e/ou apresentou prevalência de instituições políticas consideravelmente inclusivas, ou seja, um tanto quanto mais democráticas. Então, foi desta forma que se deu sucesso europeu na busca pelo crescimento e este foi o resultado natural do alinhamento de interesses individuais, mesmo sendo o crescimento econômico sustentado subversivo (ROMEIRO, 2015).

O termo desenvolvimento econômico há muito tem sido o enfoque inicial e final de muitos estudiosos. Ainda que grande parte das pessoas utilizem as palavras *crescimento econômico* e *desenvolvimento econômico* como sinônimas, há uma importante diferença conceitual. A primeira está intimamente ligada a uma abordagem apenas quantitativa, considerando unicamente grandezas como Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto para mensurar o aumento da capacidade produtiva de uma economia. Desenvolvimento Econômico, por sua vez, enquadra também o aspecto social em sua análise, ou seja, inclui questões qualitativas, além das quantitativas, preocupando-se com as transformações socioeconômicas de uma região ou país, que impactam o bem-estar e a percepção da população com relação, por exemplo, à qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura, segurança, além do nível de consumo, taxa de desemprego, índice de desenvolvimento humano, entre outros. Pode ser considerado como um processo longo, através do qual se consegue gerar e manter o aumento da renda nacional real de uma economia, e no qual se atinge, em última instância, o crescimento do produto nacional.

Foi em meio a todas essas conceituações que, em meados da década de 70, o movimento ambientalista emergiu, e o debate a cerca de crescimento e desenvolvimento econômico trouxe a questão ambiental para a pauta de discussões, enquadrando-a como aspecto relevante e limitador.

Neste momento, o Choque do Petróleo fez voltar às atenções para a discussão acerca das adequações que deveriam ser implantadas, a fim de fazer com que a oferta de recursos naturais fosse suficientemente capaz de manter os padrões de consumo e produção.

Ao defender que a atividade econômica de uma geração estava diretamente relacionada e tinha influência sobre o futuro das atividades das próximas gerações, esta corrente assumiu sua postura crítica frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, questionando fundamentos neoclássicos, incorporando na análise critérios ecológicos e biofísicos, especialmente os ligados à Termodinâmica, buscando responder a uma dúvida central desse debate: Em que medida as restrições ambientais poderiam limitar o crescimento econômico?

À priori, buscou-se adotar um ceticismo prudente, já que considerou insuficiente tratar as questões ambientais resultantes do processo econômico como um procedimento de internalização das externalidades, tal como difundido pela economia neoclássica (ROMEIRO, 2012). Não se tratava de custos sociais estipulados pelas preferências subjetivas dos indivíduos. A utilização sustentável dos recursos naturais não era resultado certo de uma ação de otimização de custo-benefício destas externalidades.

Não se tratava, portanto, como anteriormente mencionou Keynes (1930) em seu texto *Possibilities for our Grandchildren*, de “pessimismo econômico”, e nem que este fizesse valer a máxima “declínio na prosperidade é mais provável que uma melhoria”. Keynes considerava que a eficiência tecnológica seria capaz de solucionar a maioria dos problemas pelos quais o mundo passava, que a crise de 1929 se tratava apenas de um desajuste temporário e que, no intervalo de 100 anos, as pessoas se encontrariam oito vezes melhores no sentido econômico, podendo trabalhar menos e desfrutar de seu tempo livre. Ele atribuiu o pessimismo ao medo do homem, já que acreditava que as pessoas haviam sido treinadas para despende esforço e não para desfrutar dele da melhor maneira. Ele considerava a natureza generosa e capaz de suprir todas as necessidades impostas pela busca da prosperidade.

Deste modo, o movimento ambientalista fez ruir o pensamento anteriormente adotado pela grande maioria, firmando-se como uma nova vertente de análise. Foi neste cenário que, na década de 80, o ecodesenvolvimento e, posteriormente, o desenvolvimento sustentável entraram definitivamente para a pauta de discussão mundial, no intuito último de lutar pela continuidade da vida.

### **3.1 – Desmistificando a Sustentabilidade: a evolução do debate ambiental**

A trajetória histórica do termo sustentabilidade, como muito bem define Veiga (2005, p. 243) no texto *O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável*, iniciou-se na Biologia “e se referia tão somente às condições em que a extração de recursos naturais renováveis pode ocorrer sem impedimento à

reprodução dos respectivos ecossistemas”. Hoje é utilizado amplamente com a finalidade de questionamento sobre a qualidade do desenvolvimento, o qual não é tido mais apenas como sinônimo de progresso material. Por esse motivo, a utilização conjunta do termo ao adjetivo sustentável implica análises e reflexões fatoriais no âmbito econômico, político, social e cultural.

Segundo Nobre (2002), o princípio da concepção de desenvolvimento sustentável está diretamente vinculado a um relatório encomendado pelo Clube de Roma ao MIT, o qual recebeu o nome de *Limits to Growth*, além de também fazer referência ao termo “ecodesenvolvimento”, sugerido durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, 1972, por Maurice Strong e Ignacy Sachs. Vale lembrar que esta Conferência deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Nobre (2002) destacou o trilhar da problemática ambiental na busca de uma expressão que criasse uma ponte entre os desenvolvimentistas e os ambientalistas. O conceito de ecodesenvolvimento, portanto, foi criado para estabelecer um paralelo do termo a uma situação de economia de bem-estar. O autor ressalta que houve uma consideração do UNEP, em 1975, que vinculava “ecodesenvolvimento” a uma proposta mais regional do desenvolvimento, a qual considerava a tecnologia utilizada para a exploração dos recursos naturais e se esta era feita de forma racional dentro dos potenciais específicos da área envolvida. Nobre (2002, p. 35), com muita propriedade, nos lembra “que para Sachs (1986) o ecodesenvolvimento teria mais chances de florescer primeiramente em países do Terceiro Mundo”. É importante salientar que o principal objetivo deste conceito era superar o dilema “crescimento vs. preservação”.

O Relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentou preocupações acerca da incompatibilidade dos padrões de consumo e de produção em vigor, principalmente em relação à capacidade de suporte dos ecossistemas. Além disso, apresentou uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento. Este documento foi intitulado “Nosso Futuro Comum” e publicado no ano de 1987. Ele concebe o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). Fica claro, portanto, a recomendação para o estabelecimento de um limite máximo para a utilização dos recursos naturais a fim de preservá-los para que possam também servir às próximas gerações.

Somente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, denominada RIO-92, que o termo desenvolvimento sustentável foi incorporado como padrão de medida da política de desenvolvimento e de meio ambiente, ou seja, como um princípio a ser seguido, o qual vislumbra uma nascente busca do equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico (ROMEIRO, 2012).

Nobre (2002) afirma que após a RIO-92 foram criados vários programas de ‘*Sustainable Development*’ em países diversos e, por isso, ela é tida com ponto culminante do debate teórico-político ambiental, além de implicar em um projeto de institucionalização da sustentabilidade.

Veiga (2005) enfatiza a necessidade de uma reflexão cuidadosa sobre três diferentes ordens de problemas, ligados respectivamente a três antecedentes: i) desenvolvimento econômico; ii) crescimento com distribuição de renda; iii) desenvolvimento humano no debate acerca do desenvolvimento sustentável. Ele discute também o posicionamento de vários autores diante à necessidade de se buscar um desenvolvimento sustentável e no que isso implicaria. Entre eles, cita Furtado (1974), que em seu livro *O mito do desenvolvimento econômico*, destaca a função do mito de orientar, em um plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de visão do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido e, assim sendo, destaca que o crescimento econômico só se transforma em desenvolvimento quando o projeto social deixa de priorizar a manutenção dos privilégios da elite para colocar em primeiro plano a efetiva melhoria das condições de vida da população. O autor mostra que, segundo Furtado (1974), “quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (VEIGA, 2005, p. 246).

A principal conclusão do texto é que a singularidade dessa questão reside em se conseguir preservar e expandir tudo aquilo que possa permitir às futuras gerações desfrutar as liberdades substantivas de forma semelhante ou maior do que hoje (VEIGA, 2005).

### **3.2 – As múltiplas faces do Desenvolvimento**

Posto isso, faz-se necessário ressaltar algumas interpretações e considerações de grandes nomes do pensamento econômico brasileiro e mundial, para então refletir a cerca do questionamento inicial: Há compatibilidade entre as teorias de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável?

Como é possível perceber em *O mito do desenvolvimento econômico*, de Furtado (1974), o desenvolvimento econômico, tal como vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, não pode ser universalizado. O grande mito, para ele, era a pretensão de acreditar que seria possível aos países do dito “Terceiro Mundo” alcançar o padrão de consumo da minoria da humanidade (países altamente industrializados) e torná-lo acessível às grandes massas, seguindo a trajetória dos países pioneiros tal como se fosse uma receita para o desenvolvimento econômico. Inúmeros fatores inviabilizavam essa máxima. Ao considerar que o processo de acumulação de capital é impulsionado pelo progresso tecnológico, aos moldes dos modelos desenvolvimentistas dos países centrais, viola-se o contexto social e cultural dos países pobres e reforça o subdesenvolvimento (FURTADO, 1974).

Quando o relatório “*Limits to Growth*” se consolidou, através do Clube de Roma, em 1972, após simularem a interação do homem e do meio ambiente, levando em consideração o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais, iniciou-se a estruturação do que Furtado chamou de Sistema Econômico Planetário, o qual culminaria, inevitavelmente na Profecia do Colapso. O relatório concluía que, caso os recursos naturais fossem consumidos desenfreadamente, no mesmo ritmo em que se fazia na época devido à industrialização, em menos de 100 anos eles se esgotariam. A repercussão foi muito grande e geradora de muitas críticas, já que muitos consideravam inaceitável a hipótese de frear o crescimento econômico. Por este motivo, Celso Furtado salienta a necessidade de se considerar o mundo como único e de se lutar, conjuntamente, contra a degradação dos recursos não renováveis. Caso o desenvolvimento econômico se concretizasse de forma universal, geraria uma pressão insuportável sobre os recursos não renováveis e, tanto a poluição como a degradação seria de tal ordem, que o sistema econômico mundial entraria em colapso. Furtado (1974) afirma que

a atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. Não se trata de especular se *teoricamente* a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar. (...) À medida em que avança a acumulação de capital, maior é a interdependência entre o futuro e o passado. (FURTADO, 1974, p. 12-13).

Dessa forma, foi possível concluir que o aumento da inércia do sistema faz com que as correções se tornem mais lentas ou exijam maior esforço e, por estes motivos, a tomada de decisão e investimento deve considerar os limites impostos por um mundo de recursos finitos (FURTADO, 1974).

O grande problema do crescente papel das empresas dentro dos países periféricos é a diminuição cada vez maior da participação do Estado nas decisões econômicas. Faz-se importante ressaltar que não há declínio da atividade política, mas transformações nas funções do Estado. Furtado (1974) se mostrava pessimista quanto à possibilidade de superação do subdesenvolvimento, considerando este como um fenômeno irreversível e agravante. De fato, este é um extremismo que possui algumas exceções como, por exemplo, a China, que ano após ano tem reforçado sua posição como uma das maiores economias do mundo (FURTADO, 1974).

Altvater (1992) tratou a questão do desenvolvimento sob outro aspecto. Em seu texto *O preço da Riqueza*, ele introduz de forma histórica o meio pelo qual a questão ambiental assumiu seu espaço nas principais discussões de âmbito internacional. Durante a década de 70 havia uma inflexão nas estratégias de desenvolvimento dos países, dado o contexto da Crise do Petróleo, que pressionou a maioria dos países periféricos, fazendo com que estes sentissem o aumento expressivo de suas dívidas

externas. Por este motivo, na década de 80, disseminou-se uma descrença a cerca da efetividade das Teorias do Desenvolvimento aos países retardatários. Nos anos 90, percebeu-se a necessidade de uma nova ordem mundial. Já existia a discussão sobre atribuir as responsabilidades pela Crise Ambiental aos países altamente industrializados, mas o autor salientou a necessidade de se repensar as Teorias do Desenvolvimento para que elas fossem capazes de defender os interesses de todos de forma global, integrando em sua estrutura o âmbito social e ambiental (ALTVATER, 1992).

Altvater (1992) apresentou a modernização e industrialização como caso isolado, não como via de regra geral e, nestes termos, assim como Furtado (1974), considerou que a imitação do padrão desenvolvimentista europeu ou norte-americano não é eficaz para os países subdesenvolvidos e, portanto, não universalizável. Ele enfatizou a relação de exploração dos países desenvolvidos sobre os demais, e pontuou a deterioração dos termos de troca como a principal causa do subdesenvolvimento. Assim sendo, o subdesenvolvimento é tido como resultado necessário do desenvolvimento, além de ser resultado de uma deficiência dos fatores internos dos países periféricos. Quando um país consegue se organizar em torno das suas necessidades internas para se desenvolver, ele consegue superar a barreira do desenvolvimento, portanto, este não é um obstáculo intransponível. Altvater (1992) também destaca o fato de nenhum país ter conseguido se desenvolver antes de ter colocado como prioridade a Educação em sua pauta política e conseguido superar todas as dificuldades relativas a ela em seu território.

Assim, as potências mundiais manipulavam a dívida externa através da taxa de juros, fazendo com que os países periféricos tivessem que utilizar seus recursos naturais renováveis e não renováveis para honrar com suas dívidas e, além de jamais conseguirem quitar tais débitos, ainda não conseguiriam se desenvolver (ALTVATER, 1992).

No decorrer de seu texto, Altvater (1992) evidenciou o fato de o processo produtivo acelerado estar em constante competição com o meio ambiente, já que os fatores termodinâmicos associados à concepção de entropia<sup>2</sup> e recursos naturais finitos não permitem que o desenvolvimento econômico de uma região ocorra sem que isso implique em prejuízos para outra. O consumo dos recursos não renováveis e os ganhos econômicos e sociais deste processo produtivo para uns só são possíveis em detrimento de outros. A Revolução Solar se mostrava como uma alternativa insuficiente, mas, para

---

<sup>2</sup> De acordo com a segunda lei da termodinâmica, a entropia de um sistema isolado só pode aumentar, nunca reduzir, ou seja, sair de um estado mais ordenado, para um menos ordenado (ou mais desordenado). Lima *et al.* (2018) apresentam o exemplo do copo com gelo, “onde o gelo representa um estado da água com uma baixa entropia e, quando aplicada energia (calor) à água, esta passa para um estado com maior entropia, mais desordenado que o cubo de gelo. O calor usado para mudar o estado da água não passou para um outro objeto, ele foi dissipado. Consequentemente, o retorno para um estado de baixa entropia, no caso a mudança do estado líquido para o sólido só é possível com a aplicação de mais energia. A impossibilidade do acúmulo de energia dentro de um sistema que faria possível o retorno para o estado anterior de entropia é um dos grandes argumentos para a irreversibilidade do estado natural dos recursos usados no sistema produtivo capitalista em larga escala” (LIMA *et al.*, 2018, p. 12).

Altvater (1992), existem grandes perspectivas de a humanidade, num prazo relativamente pequeno, ser capaz de ter à sua disposição energia renovável, ilimitada e limpa, por exemplo, com a fusão nuclear. Apesar de considerar que a preocupação com a questão energética é um tanto quanto ultrapassada, enfatiza a necessidade dos homens de reduzir o consumo e viver de forma bem mais modesta.

Em outra perspectiva, Abramovits (1989), a partir do entendimento de que a busca irrestrita pelo crescimento econômico acentua os problemas ambientais e intensifica a pobreza dos países subdesenvolvidos, sugere um esforço avaliativo do crescimento econômico através de concepções sob quatro aspectos distintos. Primeiramente, através das noções malthusianas, a qual sugere que o progresso econômico estimula o crescimento populacional e, conseqüentemente, o aumento da miséria, logo, por estes motivos, o crescimento econômico é considerado insustentável e perigoso. Em segundo lugar, o crescimento econômico é tido como um custo social direto inevitável. Em terceiro lugar, está vinculado ao entendimento de que o crescimento econômico, conforme vai se acumulando, gera satisfação limitada e utilidade marginal decrescente. Por último, como sendo um processo que leva as pessoas a adotar uma postura egoísta e infeliz, pois advém de um ciclo de trabalho mecânico, alienador e, portanto, desestimulante.

O autor chama atenção pela deficiência no cálculo do PIB, já que os custos do crescimento econômico não são considerados em sua totalidade, a partir do momento em que não inclui na mensuração, por exemplo, os serviços ecossistêmicos, o voluntariado, o tempo escolar e o serviço doméstico. Além disso, exprime um paradoxo: O aumento da renda não culmina em felicidade, a partir do momento em que os indivíduos tendem a se habituar a níveis mais elevados de renda e a considerar a comparação pelo consumo social. Por isso, o maior desafio é conseguir ser feliz com um nível produtivo limitado (ABRAMOVITS, 1989).

Por sua vez, Veiga (2005) evidencia a divisão anteriormente mencionada dos que consideram crescimento e desenvolvimento como sinônimos e dos que julgam se tratar de algo ilusório. Ele diferenciou a linha da sustentabilidade fraca, a qual se orienta pela manutenção do capital total, e a vertente da sustentabilidade forte, ligada à Economia Ecológica, que considera não ser possível substituir toda a natureza por capital.

Para Sen (2018), o desenvolvimento econômico está intimamente associado ao contexto de liberdade, extrapolando a análise como expressão de igualdade de rendimento. Nestes termos, a problemática da pobreza nos países subdesenvolvidos estava associada à privação de capacidades básicas e não somente como renda insuficiente, pois apesar de participar do âmbito econômico, a pobreza também é uma restrição cultural. Assim, qualquer esforço de mensurar qualitativamente uma sociedade deveria considerar o componente de consciência social, ao qual se associa o avanço institucional, o estado de tolerância e a liberdade, além da base de riqueza material. Sen (2018)

enumera as capacidades humanas mais relevantes como sendo: a possibilidade de se ter uma vida longa e saudável, de ser instruído, de ter acesso a recursos para se ter uma vida digna, e conseguir participar da vida da sociedade. Para o autor, o processo de desenvolvimento econômico não é um mito, mas envolve mobilização, vontade política e boas instituições, desmistificando a ideia de que a prosperidade é resultado somente do aumento da capacidade produtiva, do capital e da renda.

Veiga (2005) trata o conceito de Desenvolvimento Sustentável como um processo que deve fazer interagir crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ecológica, ainda que para isso tenha que se superar o embate entre conservação ambiental e crescimento econômico. É necessário um ambiente propício, pessoas criativas, população minimamente educada para buscar essa melhoria, ou seja, para que o desenvolvimento ocorra é fundamental que se tenha capacidade endógena à sociedade. Políticas de desenvolvimento não deveriam ser norteadas apenas por fatores econômicos, pois desenvolvimento é o tema mais político da economia e, neste aspecto, a democracia é de significativa importância. É possível se desenvolver sem democracia, mas não é a situação ideal. Não basta crescer, é preciso incluir. O Brasil, neste texto, é citado como o país mais excludente do mundo entre os países com renda média, pois apresenta alta concentração de renda. Veiga não aceita a banalização do termo desenvolvimento sustentável, que há muito vem sendo utilizado sem conhecimento das formulações conceituais básicas. Portanto, é importante considerar que a transformação tecnológica em curso torna possível e diminuição da dominação da racionalidade econômica sobre as outras racionalidades.

Sachs (2004) salienta que apesar de o capitalismo ter possibilitado a mobilidade social, fez com que os homens formassem uma sociedade extremamente consumista, enaltecendo demasiadamente “o ter”. A sustentabilidade, para ele, está apoiada sobre o âmbito político, econômico, territorial, social e ambiental. Sachs faz um alerta para o que chama de “Armadilha da Pobreza”, na qual os países reforçam um ciclo vicioso, a partir do momento em que concentram suas atividades na manutenção de uma agricultura primitiva, em detrimento da consolidação de uma indústria de bens de capital agrícola. Dessa forma, acabam encontrando dificuldades para importar, acabam fazendo crescer a dívida externa e não conseguem promover modernização à sociedade.

A proposta de Sachs (2004) é estimular o crescimento econômico através do emprego, aumentando os investimentos públicos de forma a intensificar o uso de mão-de-obra, mas, se faz necessário ter a cautela de proporcionar à população instrumental para que ela seja capaz de lutar pelos seus direitos, para que o aumento da produtividade não se destorça, mais uma vez, em concentração de renda.

Jackson (2009) é um autor que exige maior responsabilidade da sociedade. Para ele, as políticas de desenvolvimento sustentável devem promover mudanças estruturais, alterando padrões de consumo e produção, pois na atual configuração que a humanidade está inserida, mais crescimento



econômico não está resultando em mais bem-estar. Por estes motivos, se faz necessário estabelecer limites biofísicos rígidos. Há que se ressaltar que, para isso, há a necessidade de se ter atingido um nível mínimo de renda e bem estar e, por isso, é um processo que deve ser iniciado pelos países altamente industrializados.

Jackson (2009) incentivou uma redefinição do conceito de prosperidade, associando-o ao desenvolvimento de capacidades mínimas e de florescimento individual. O autor não excluiu a concepção da existência de um dilema entre decrescimento e prosperidade, mas acredita que muito do que hoje é produzido é supérfluo, podendo ser retirado da cadeia produtiva sem que isso implique em prejuízo à qualidade de vida das pessoas.

O *decoupling*, portanto, é de fundamental importância para Jackson (2009). O termo se refere à separação da renda com a matéria/energia, seja pelo aumento progressivo do PIB, seja pela maior eficiência ecológica. O processo é capaz de gerar maiores e melhores perspectivas de escolha aos consumidores. O autor se preocupa em como será possível nortear o embate capitalista da busca pelo lucro através da destruição criadora, pelo estímulo ao consumo do produto novo, melhor e mais barato devido ao seu processo inovativo. O funcionamento à longo prazo da economia deve ser reconfigurado. Não há dúvidas que o desafio é encontrar um meio termo entre o dinamismo científico/tecnológico em uma sociedade de consumo, apta ao livre-arbítrio, que consiga minimizar seu potencial consumista (JACKSON, 2009).

#### **4 – Considerações finais**

A introdução das multinacionais, para Celso Furtado, se tornou um agravante para os países subdesenvolvidos, na medida em que essas influenciaram as exportações de bens de capital dos países industrializados aos países em desenvolvimento, e subutilizaram a mão-de-obra destes últimos, colocando os interesses das empresas globais frente às políticas econômicas nacionais, reforçando a mimetização e a concentração de renda, ao forçar um padrão de consumo incompatível com a realidade destes países, além de estimular o fenômeno de substituição de importações. Ou seja, para o autor, a concentração de renda foi considerado um instrumental estratégico para a formação de capital e a padronização do consumo. Assim sendo, ele considerou que o desenvolvimento não é para todos e que o crescimento econômico implicava um custo relativo à entropia social.

Retomando o questionamento inicial: O desenvolvimento econômico sustentável é uma possibilidade real para todos? Para responder a tal indagação foi necessário considerar a existência de um debate latente sobre a necessidade de se conciliar meio ambiente e o crescimento econômico. Isto se tornou parte do debate socioeconômico desde que o relatório *Limits to Growth* (1972) passou a discutir a viabilidade do “crescimento zero”. Para muitos estudiosos do tema, a percepção de que é preciso desacelerar o ritmo de crescimento, ou mesmo parar de crescer, soa inviável e, por vezes,

excessivamente catastrófico. Para a compreensão adequada de tal terminologia, é necessário algum nível de sensatez e conhecimento das propostas e do debate, isso porque, a proposição do crescimento zero, não necessariamente, deixa de levar em conta as sociedades que ainda não atingiram um nível ótimo de bem-estar econômico e social, isto é, para estes o crescimento econômico é necessário, porém de uma forma estruturada e planejada objetivando mitigar os danos ao meio ambiente.

Então, a necessidade mais imediata de ruptura deve se iniciar pelos países já desenvolvidos, onde na maioria dos casos, crescer pouco agrega em termos qualitativos e melhorias na qualidade de vida da população. Alguns economistas se mostram receosos com as possíveis crises econômicas geradas a partir de políticas de crescimento zero, por exemplo o desemprego e as expectativas de consumo em sociedades consumistas (ROMEIRO, 2012). No entanto, tal justificativa se faz rasa diante das possibilidades que emergem e, em certo ponto, já foram discutidas por Keynes (1930), quando ele supôs um futuro em que os avanços tecnológicos trariam enorme eficiência do trabalho, assim como redução da importância do dinheiro como elemento norteador das decisões e felicidade humana.

Portanto, a busca por uma taxa de crescimento econômico alinhada com os limites biofísicos do planeta, leia-se capacidade de suporte (*carrying capacity*), sugere que alguns sacrifícios de política econômica sejam feitos, sobretudo, em termos de manter o crescimento econômico aquém desses limites. Tal fato exigirá a presença forte do Estado, por meio do gasto fiscal, para manter um nível adequado de emprego e renda em uma economia de baixo carbono, isto é, será necessário a redução dos investimentos em indústrias e setores poluentes e maiores investimentos na transição energética e material da economia.

Entretanto, melhorias qualitativas em termos de progresso tecnológico e normas sociais, podem passar a segurança necessária para um horizonte factível nos médio e longo prazos. Consequentemente, é esperado das instituições globais a elaboração de iniciativas e diligências para que os países signatários de acordos do clima se comprometam, de forma contundente e definitiva, a cumprir as metas e diretrizes estabelecidas.

## **5 – Referências Bibliográficas**

ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ABRAMOVITZ, M. Thinking about Growth. Cambridge, University Press, 1989.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty. New York: Crown Publishers, 2012.

AGARWALA, A. N., SINGH, S. P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

ALTVATER, E. O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. Ed. Unesp, 1992.

- BELLUZZO, L. G. “Distribuição de renda: uma visão da controvérsia”. In Tolipan & Tinelli. A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BRUNDTLAND, G. H. Our common future. Report of the World Commission of Environment and Development – United Nations, 1987.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. O Capitalismo Tardio. SP: Brasiliense, 1982.
- DALY, H. Beyond Growth. Boston: Beacon Press, 1996.
- FURTADO, C. “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, 1952. [Reproduzido em Memórias do Desenvolvimento, n. 1, 2007].
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2015.
- HIRSCHMAN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.
- JACKSON, T. Prosperity without Growth. London: Earthscan, 2009.
- KEYNES, J. M. Economic Possibilities for our Grandchildren (1930). Revisiting Keynes, p. 17–26, 2008.
- LATOUCHE, S. “As vantagens do decrescimento”. Le Monde Diplomatique. Brasil, 2003. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-vantagens-do-decrescimento/> Acesso em: 10/01/2018.
- LATOUCHE, S. “O decrescimento. Por que e como?” In: LÉNA, P., NASCIMENTO, E. P. (orgs.) Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- LATOUCHE, S. “O Sul e o ordinário etnocentrismo do desenvolvimento”. Le Monde Diplomatique Brasil, 2004.
- LEWIS, A. “Economic development with unlimited supplies of labor”. The Manchester School, May 1954. [Reproduzido em: AGARWALA & SINGH, cit.].
- LIMA, L. F.; COSTA, A. A.; DOMS, D. Mudança do padrão de produção agrícola convencional para o padrão de produção agrícola sustentável: as ideias de Georgescu-Roegen. In: 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER 2018, Campinas. Anais Eletrônicos - ISBN: 978-85-98571-17-1, 2018.
- MARX, K. O capital - crítica da economia política, v. I, São Paulo, Abril Cultural. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital, 1983.
- MEADOWS, Donella H. et al. The limits to growth: a report to the club of Rome, 1972.
- MEIER, G. M., SEERS, D. (eds.). Pioneers in development. New York: Oxford University Press, 1984.
- NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (orgs.) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, p. 21-26, 2002.
- NOBRE, M. “Crescimento Econômico” versus “Preservação Ambiental”: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (orgs.) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, p. 27-48, 2002.
- NORTH, D.; WALLIS, J.; WEINGAST, B. Violence, and Social Orders. Cambridge University Press, 2009.

- NURKSE, R. “Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 5, n. 4, 1951. [Reproduzido em *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, n. 1, 2007].
- PREBISCH, R. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas”. *Revista Brasileira de Economia* 3(3) setembro 1949: 47-111, 1949.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. 2a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- RIST, G. “O decrescimento para todos?” In: LÉNA, P., NASCIMENTO, E. P. (orgs.) *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ROMEIRO, A. R. *As Origens Políticas e Culturais do Desenvolvimento Econômico Sustentado. Texto para Discussão*. IE, 2015.
- ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. *Estudos avançados*, v. 26, p. 65-92, 2012.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. “Notes on the theory of the ‘big push’ “[1957]. In: ELLIS, H. S. (ed.). *Economic Development for Latin America: proceedings of a conference held by the International Economic Association*. London: Macmillan, 1961.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Problems of Industrialization of Eastern and South- Eastern Europe*”, *Economic Journal* v 53, No. 210/211, pp. 202–11, 1943.
- ROSTOW, W. W. "The Five Stages of Growth-A Summary". *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 4– 16, 1960.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Garamond. Rio de Janeiro, 2004.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das letras, 2018.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações*, volume I, Nova Cultural, 1988.
- TAVARES, M. C. (1971) “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente”. In: Tavares, M.C. (1972) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do séc. XXI*. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.
- VEIGA, J. E. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: CAVC, *Economia Brasileira: Perspectivas do desenvolvimento*, p. 243-266., 2005.